

ESPAÇO | SOCIALISTA

Nº 89 Maio de 2016
Contribuição: R\$ 2,00

Organização Marxista Revolucionária



Nossos DIREITOS SENDO ATACADOS



O JEITO É RESISTIR

CONJUNTURA

OS INTERESSES DE CLASSE E O LUGAR DOS
TRABALHADORES

EDUCAÇÃO

A GREVE DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO
DO RIO DE JANEIRO

FORMAÇÃO

ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL E O FASCISMO

MOVIMENTO ESTUDANTIL

SECUNDARISTAS NAS RUAS. A LUTA SE
RENOVA E A ESPERANÇA RESSURGE

INTERNACIONAL

“PANAMÁ PAPERS”: CRIME DE RICO, A LEI
COBRE

OS INTERESSES DE CLASSE E O LUGAR DOS TRABALHADORES

DEPOIS DE TANTOS ATAQUES...

Após o resultado da votação sobre a continuidade do processo de impeachment na Câmara, poucos são os que acreditam que Dilma continuará. E mesmo que continuasse, para governar minimamente, teria que se apoiar nos partidos mais à direita, como o PP de Maluf ou o PSD de Kassab.

A escolha de aplicar a fundo o receituário neoliberal aproximou os governos petistas dos vários setores do capital (agronegócio, banqueiros, industriais, etc.) com várias medidas que os beneficiavam como as taxas menores para financiamento do agronegócio (e mais dificuldades para a agricultura familiar), o aumento da taxa de juros para os “credores” da dívida pública, a redução do IPI para as indústrias e com uma ampla oferta de crédito que beneficiava o setor da burguesia comercial.

Além dessas medidas econômicas vários direitos dos trabalhadores foram atacados (reforma da Previdência, aprofundamento da privatização na Petrobrás, dentre outros) por também serem fundamentais para a lucratividade do capital.

Essa política econômica foi bastante eficiente por um tempo, no entanto, diante do agravamento da crise econômica mundial se tornou insuficiente, principalmente por conta dos problemas na economia chinesa e do aumento da competição no mercado mundial, que exigem redução dos custos de produção das mercadorias destinadas à exportação. Lembremos que a produção de commodities (produtos agrícolas, minérios e outros) para a exportação é a base da economia brasileira.

Dilma se mostrou incapaz de garantir novas medidas de aprofundamento dos ataques à classe trabalhadora na intensidade e velocidade necessárias ao capital. Não que não tenha tentado atacar ainda mais, pois enviou ao Congresso Nacional várias propostas como as do ajuste fiscal (sempre no sentido de reduzir os gastos públicos por um lado e aumentar do outro a arrecadação à custa do trabalhador), e a do PLP 257 (que congela salários e ameaça a

estabilidade no emprego, dentre outras barbaridades).

DILMA INDO... TEMER VINDO...

Diante dessa incapacidade e da urgência de novas medidas para o capital, a patronal já firmou posição de “trocar” o gerente de plantão. A expressiva votação do impeachment, as declarações de banqueiros, empresas do comércio, empresários da indústria e do agronegócio não deixam restar mais nenhuma dúvida.

Esse processo mostra exatamente como age o capital em relação aos políticos e partidos da ordem. Quando são úteis para os seus planos, ficam. Quando perdem a utilidade, são chutados. É isso que está acontecendo com o PT e seus apoiadores. Consequência de um caminho que escolheram lá pelos anos 90 quando optaram por construir uma plataforma de governo para o capital.

A bola da vez é Temer. Ainda que muito desgastado, com baixa popularidade e com uma maioria defendendo o seu impeachment é a aposta para a tentativa da burguesia de “estabilizar” a situação política. Por isso a maioria dos partidos, os principais economistas de direita e os vários setores do capital cerram fileiras em torno de seu nome.

Apoiado nesse processo, Temer já tem um ministério formado e um programa, chamado de Ponte para o Futuro, com respaldo de nomes como Delfim Neto, Henrique Meirelles e Armínio Fraga, considerados insuspeitos pelo mercado.

...APOIADO PELA DIREITA E COM UM PLANO CONTRA OS TRABALHADORES..

Assim como a reforma trabalhista que ameaça os trabalhadores na França, o centro da questão para a patronal de conjunto hoje também no Brasil passa pela flexibilização das leis trabalhistas, pela retirada de direitos e pelo desmonte dos serviços públicos, setores que não podem mais ficar livres dos avanços do capital. O corte de verbas da Educação que levou à luta os secundaristas em defesa das escolas públicas,

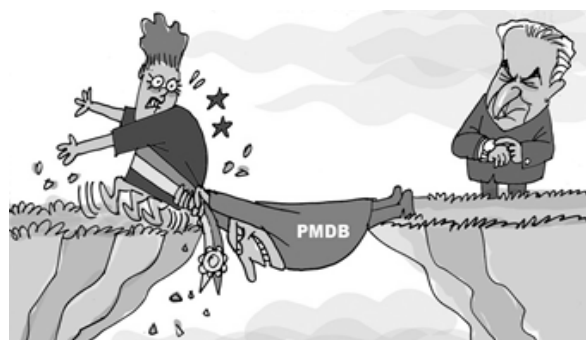
em diversos estados, é uma clara manifestação dessa tendência.

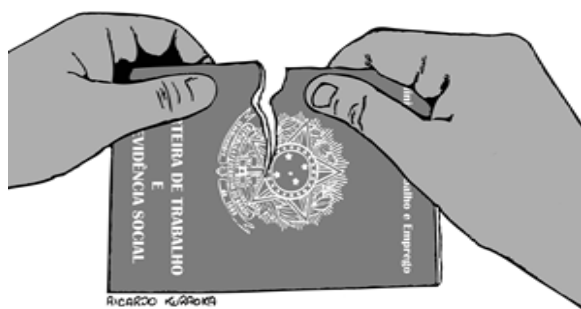
A garantia hoje da mais ampla liberdade de exploração possível é fundamental para a manutenção da taxa de lucro do empresariado e para a manutenção da reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, a carta de intenções mais recente e que expressa as principais necessidades imediatas de um setor da classe dominante, saiu do tinteiro do PMDB. Esse documento chamado de “Uma ponte para o Futuro”, que foi publicado em outubro de 2015, mostra bem o que está por vir e também as “coincidências” com o que já vinha sendo encaminhado para a classe trabalhadora.

Com o passar dos meses, a conjuntura de crise política se desenvolveu sem que despontasse nenhuma alternativa fora do campo de conciliação de classes. E o campo conciliador (PT) se vê hoje enfraquecido e descartado.

Assim, as propostas das patronais de vertentes fortemente liberais tomaram ainda mais força para se colocarem como saídas para a retomada do crescimento econômico. Dessa forma, “Uma ponte para o Futuro” também ganhou espaço e está sendo reeditado e aperfeiçoado.

Entendemos que o conservadorismo e o fascismo, típicos de setores burgueses mais declarados, reaparecem com força em cenários de crise e isso muito nos preocupa também. Não ignoramos isso e muito menos deixamos de combatê-los nos locais de trabalho, estudo e moradia. Sentimos no dia a dia o ascenso da “onda reacionária”, que vem crescendo há alguns anos, reflexo do avanço da crise estrutural do capital e que se torna mais nítida e tem seu acirramento na conjuntura nacional.





classe trabalhadora assumisse o comando da luta.

A experiência mostrou que nem Dilma, nem Lula e nenhum outro governo podem ser capazes de contrariar tendências internacionais do capital na busca pela manutenção das taxas de lucro

e sua necessidade de intensificação dos níveis de exploração com a privatização de setores públicos, a flexibilização das leis trabalhistas e demais cortes de direitos dos trabalhadores.

A luta contra o “avanço da direita” tem que ser no sentido de uma saída classista e independente que imponha a pauta dos trabalhadores.

Nesse sentido, tomamos o programa

citado do PMDB como uma expressão das necessidades do capital. Entendemos que se apresenta como necessidade do capital de conjunto e não como proposta deste ou daquele partido, é um programa de classe, da burguesia, portanto, incapaz de ser ignorado por qualquer partido que assuma o controle do Estado brasileiro, inclusive um eventual governo do PT.

Ressaltamos que o modo como vão implementar os ataques aos trabalhadores é muito claro, pois demonstra o processo forçado pelo qual passamos hoje, a formação de um apoio que permite a formação de uma maioria política, mesmo que transitória ou circunstancial e que seja capaz de, em prazo curto, “produzir todas estas decisões na sociedade e no Congresso Nacional”.

A votação do impeachment na Câmara dos Deputados, em 17 de abril, vergonhosa e com repercussão internacional, que prestou homenagens à Ditadura Militar e mostrou toda a asquerosidade da direita conservadora colocou às claras e revelou o que já sabíamos em relação a composição desse órgão da democracia burguesa.

Infelizmente, a resposta de setores minimamente democráticos da sociedade foi ainda de nuclear-se com maior força entorno do tradicional campo de conciliação de classes, o PT, que nesse momento aparenta menos feroz em relação aos ataques à classe trabalhadora e mais democrático por não carregar os discursos de ódio.

Isso também tem levado diversos setores dos movimentos a insistirem na luta contra “a direita”, contra “o golpe” e contra o impeachment mas reduzindo a importância da luta direta contra o desemprego e a carestia, o que de certa forma é um apoio direto ou indireto ao Partido dos Trabalhadores e seu projeto de conciliação de classes com o corte dos direitos de trabalhadores e de verbas dos serviços públicos.

Sem uma reação concreta e claramente classista dos trabalhadores, a partir de suas lutas, o plano de Temer “Ponte para o futuro” tem grandes chances de representar uma “bela” amostra do que o capitalismo nos reserva no próximo período no Brasil.

E com tudo isso, chamamos os ativistas independentes que se sensibilizam com os discursos sobre democracia e contra o golpe a se somarem na construção de uma saída independente, classista e antigovernista numa Frente de Esquerda Socialista de Trabalhadores.

...E A FAVOR DO CAPITAL

Nesse momento precisamos lembrar que política não se faz com o estômago. O medo do “avanço da direita” tem levado a acreditar no “Mal menor”, quando deveríamos lutar pelo inverso, pelo avanço da esquerda e para que a

As propostas de Temer negociadas com a burguesia	
Ajuste fiscal	“um ajuste de caráter permanente” equilibrando as contas públicas, ou seja, corte nos gastos públicos (funcionalismo, programas sociais, etc). Soma-se a isso as reformas como a previdenciária.
Serviços e servidores públicos	Limitar serviços públicos para a população, não contratar funcionários e acabar com as vinculações constitucionais (o que é obrigado a gastar), dos gastos com saúde e educação.”
Reforma Constitucional	“Teremos que mudar leis e até mesmo normas constitucionais.” Isso quer dizer reforma constitucional para reestruturar a parte tributária mexendo principalmente nas despesas obrigatórias com saúde e educação que tem percentuais mínimos obrigatórios.
Previdência Social	“é preciso ampliar a idade mínima para a aposentadoria, de sorte que as pessoas passem mais tempo de suas vidas trabalhando e contribuindo, e menos tempo aposentados”. A proposta é no mínimo 65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres. Até a insuficiente a indexação o valor do salário mínimo está sob ameaça.
Salários e benefícios previdenciários	“O fim de todas as indexações, seja para salários, benefícios previdenciários e tudo o mais”. Os reajustes serão definidos no orçamento. Os benefícios sociais deixarão de ter o salário mínimo como referência.
Programas sociais	O bolsa família e outros programas sociais não resolvem a situação de miséria e da fome da população. Sempre fomos muito críticos a eles pela sua insuficiência, mas, no entanto, nunca defendemos o fim deles. Tal é a situação de miséria que é a única forma de as pessoas comerem. Para Temer até esses programas (que custam 0,5% do PIB) podem ser extintos.
Privatização	“Participação mais efetiva e predominante do setor privado na construção e operação de infraestrutura” (...) “Uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo”. Ou seja, vai aprofundar as privatizações.
Leis trabalhistas	“Que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais”. Vai permitir que a patronal reduza direitos previstos na CLT.

MAIS UMA VEZ, A ALTERNATIVA DOS TRABALHADORES

Quando a patronal trata de crescimento econômico/PIB não quer dizer melhorar a vida da classe trabalhadora. Pelo contrário, maior crescimento econômico para a burguesia significa mais exploração sobre os trabalhadores.

Por isso que os trabalhadores, do outro lado da trincheira, precisa se unir com um programa e com ações práticas para não se perder no debate de falsas alternativas.

É urgente avançarmos também em formas organizativas para construir a alternativa dos trabalhadores que, a nosso ver, passa por construir plenárias de base para organizar as lutas e elaborar um programa para resolver a crise a partir das nossas necessidades e que nos permita enfrentar a crise em cada local de trabalho, estudo e moradia.

Essa forma de organização também é importante para combatermos o avanço do conservadorismo, do machismo, da lgbtfofia, do racismo e todas as manifestações fascistas que temos presenciado, pois não têm como serem combatidos pela atuação no parlamento burguês. Somente a luta direta da classe trabalhadora, com ampla democracia operária e com a consciência da necessidade da independência de classe poderemos avançar nesse sentido.

Organizarmos a resistência contra os ataques do capital, a oposição de direita reacionária e se preparar para uma ofensiva socialista é a nossa única saída!

O PERIGO DA PROPOSTA DE ELEIÇÕES GERAIS

Com o agravamento da crise, vários setores discutem qual a saída. No campo da esquerda, uma das propostas mais polêmicas é a defesa de novas eleições, defendida pelo PSTU.

Entendemos que essa proposta é um equívoco completo. Seria uma forma de legitimar um novo governo nas urnas com força para impor planos de ajustes contra os trabalhadores. É um absurdo organizações de esquerda fazerem essa defesa, pois é uma saída dentro dos marcos do regime e com o agravante de a direita estar bem fortalecida neste

momento, certamente fará uma maioria bem consistente no Congresso e continuará se legitimando para os ataques.

Por outro lado, até mesmo setores da burguesia, do PT e do governo Dilma defendem a realização de novas eleições. Ainda que essa proposta tenha perdido força nos últimos dias (Lula se colocou contra) continua como “uma carta na manga” se o “plano Temer” não der certo.

Para nós o centro da política da esquerda deve ser o de fortalecer os fóruns de organização e unidade da classe trabalhadora, apostando na construção de uma saída a partir dos interesses dos trabalhadores e não do capital.

PLENÁRIA DE BASE EM SP/ABC É UM EXEMPLO A SEGUIR

Cerca de 70 pessoas, entre trabalhadores e trabalhadoras, estudantes universitários e secundaristas se organizaram para pensar saídas para a crise (a partir dos interesses dos trabalhadores) e organizar um enfrentamento aos ataques da patronal e dos governos. Após os debates sobre a conjuntura política e a situação dos trabalhadores, com a exposição de todas as posições políticas, votamos um programa e ações concretas para enfrentarmos a crise na região (Relatoria da Plenária na página do facebook).

Uma decisão importante foi a de construir a **PLENÁRIA POPULAR, DE JOVENS E TRABALHADORES** que fará materiais e ações para discutir o programa aprovado com os trabalhadores.

Esse número de pessoas poderia ser muito maior se as correntes, como PSTU (que nem participou) e outras correntes tivessem construído de fato e convocado para a Plenária.

Outra decisão importante foi a convocação de uma próxima Plenária Popular de Jovens e Trabalhadores, no dia 21 de Maio, na UFABC, para a qual propomos que as forças de esquerda construam e participem.

De nossa parte seguiremos batalhando pela construção de formas organizativas para impulsionar a luta antigovernista, classista e anticapitalista.. Seguiremos também na construção da unidade da esquerda e dos que lutam contra o capital. Leia as resoluções aprovadas na página (do facebook) da plenária: <http://bit.ly/24gpute>



A Educação pública e gratuita é um dos muitos alvos do desvio de finalidade das finanças públicas perpetrado pelos grandes bancos e empresas que financiam, com as benesses fiscais dadas pelos governos, movimentos de cunho reacionário e repressivo. Portanto, aguardar unicamente ações parlamentares, como se a democracia brasileira fosse um exemplo, é apostar

na derrota preparada pelas medidas neoliberais do governo Dilma. O déficit organizativo instalado pelo PT e a CUT, ao deixar de confiar na mobilização independente, ajudou o governo a implementar e apresentar essas medidas. Ainda que fazendo crer aos trabalhadores que o projeto de colaboração de classes democrático-popular era o meio de conseguir conquistas sociais, mas os acordos espúrios entre partidos financiados por banqueiros e empresários, mostrava que não era assim.

O RIO DE JANEIRO CONTINUA...LUTANDO

LUIS CÉSAR (MOS- PROF. RJ)

Por esse motivo, os trabalhadores em Educação no Rio de Janeiro, realizam uma ampla mobilização independente e unida com a juventude.

A UNIDADE DA LUTA ENTRE ESTUDANTES E PROFESSORES

Com a ocupação de mais de 70 escolas, os estudantes, seguindo o exemplo dos secundaristas de São Paulo ano passado, mostraram um protagonismo inédito que em muito impulsionou a greve dos professores.

O SEPE (Sindicato dos Profissionais

de Educação Estadual do Rio de Janeiro) deveria, portanto, incorporar na mesa negociação representantes estudantis, focar num comando único da Educação (as universidades e escolas técnicas estaduais também estão em greve) e incentivar ainda mais as ocupações, inclusive, impedindo que as já ocupadas sejam desocupadas.

Por isso, é hora de chamar a mobilização unificada dos trabalhadores, estudantes e responsáveis. Não só mobilizando no estado do Rio, mas estendendo essa mobilização para outras categorias e estados é a única forma de barrar o ataque da direita e também barrar os projetos preparados em acordo com o governo da Frente Brasil Popular, liderada pelo PT, para soldar o seu projeto de colaboração de classes cada vez menos democrático e cada vez menos popular, com o qual enganou os trabalhadores, que acordaram decepcionados do sonho de mudanças legislativas diante de um Congresso Nacional desnudado pelo seu caráter antissocial. A Educação do Rio mostra mais uma vez que a luta continua.

OS GOVERNOS CAMINHAM JUNTOS NA DESTRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO

Não se podia esperar nada de um governo estadual que se elegeu utilizando em sua campanha a melhoria do índice do IDEB na véspera da eleição e que faz parte do engodo da pátria educadora (o slogan que antecipou os cortes na Educação). Esse índice foi atingido não por uma melhoria no ensino, mas por diversas manobras administrativas que incluíram o fechamento de mais de 30 escolas e agora querem até mesmo acabar com outros direitos.

A maioria dos professores, ainda que com o nível superior, não recebem o salário mínimo necessário de R\$ 3.736,26, mesmo com mais 30 anos de trabalho no estado.

Porém, o governo do Estado do Rio de Janeiro, que sofre de uma crise de legitimidade por ter sido eleito com menos votos que o conjunto das abstenções, complementada pelo afastamento do governador e ter sido substituído por um vice sem popularidade, alega que todo o problema do estado é a crise do petróleo e a diminuição de receitas dos royalties, no estado que é o maior produtor do petróleo.

Agregou a isso as sucessivas desculpas da falta de caixa para manter o pagamento em dia e desde o ano passado o parcelamento em 5 vezes do 13º salário. Essas desculpas têm sido devidamente desmascaradas pelo movimento sindical ao mostrar os elevados gastos do governo em atividades supérfluas, isenções de impostos escandalosas, superssalários para comissionados acima do teto constitucional no serviço público e excessivos gastos em segurança, principalmente em equipamentos para confrontos de rua.

Ou seja, o governo preparou-se para reprimir os protestos, mas não se preparou nem mesmo para atenuar as causas injustas que fundamentam esses mesmos protestos.

Assim que assumiu, no lugar do Governador Pezão, licenciado por motivo de saúde, o vice-governador Dornelles, chamou coletiva de imprensa para declarar que raspou os caixas do estado para pagar os trabalhadores ativos, sem que tenha havido sobra para o pagamento dos aposentados. Isso quando se sabe que as receitas da Previdência são separadas do orçamento estadual e que há um instituto que recolhe as contribuições previdenciárias mensais, cometendo assim uma clara ilegalidade.

Por esta razão, a assembleia do dia 20/02 do SEPE foi vitoriosa, desafiou as táticas da direção sindical de submeter a greve na Educação ao Muspe (rearticulação dos sindicatos dos servidores do estado com o objetivo de ganhar concessões sem precisar enfrentar o governo). Essa assembleia decidiu não esperar pela definição do Muspe, avaliando que fazer esta greve era fundamental porque os ataques são profundos e afetam até a aposentadoria.

O Muspe é muito questionável, ainda mais que o CNTE, filiado à CUT governista, que convocou apenas três dias de paralisação para março, mostrando o quanto a subserviência dessa entidade tem prejudicado a unificação nacional dos movimentos pela Educação. Com isso grandes e combativas greves foram derrotadas pelo seu total isolamento nacional, primeiro a greve da Educação do Paraná e depois a de São Paulo, que foi salva da derrota total pelo movimento dos alunos contra a reorganização.

A assembleia do SEPE, no entanto,

mostrou que não havia nenhuma confusão na categoria sobre a questão de greve ou não, mas que ninguém engolia essa história de submeter a greve ao Muspe, votando por unanimidade a deflagração de uma das maiores greves dos últimos quinze anos. Essa decisão foi crucial, pois permitiu a ampliação do movimento de adesão dos estudantes e também as posteriores ocupações, que no final de abril são mais de 70.

Há muito em jogo e a coisa mais importante agora é manter o eixo correto para convencer professores, servidores da escola, estudantes e mesmo os responsáveis pelos alunos que a greve, as ocupações e a união têm de se tornar um movimento social pela Educação pública gratuita e popular, inclusive, para combater a quantidade de projetos antissociais no Congresso Nacional que tende a desequilibrar a correlação de forças local e estadual.

NUNCA ESPERAMOS NADA DE BOM DO PARLAMENTO BURGUÊS E DESSES GOVERNOS

Há ainda um projeto de lei que ameaça aumentar a contribuição previdenciária de 11% para 14% dos vencimentos de ativos e inativos, os trabalhadores cercaram a Assembleia legislativa no Palácio Tiradentes, quando seria votado o projeto. No episódio, a segurança do prédio formada por milicianos muito bem pagos, não tergiversou, agrediu com armas não letais os trabalhadores para tentar dispersar a manifestação. No entanto, não foi bem sucedida no intento, pois a manifestação continuou e ainda mais radicalizada. Por causa disso o projeto foi retirado de votação. Entretanto, ainda que o movimento grevista tenha conseguido retirar de pauta o projeto de aumento da contribuição previdenciária no Estado do Rio de Janeiro, há um projeto na câmara federal, apresentado pelo Poder Executivo em Regime de Tramitação do Projeto de Lei Complementar n. 257/2016, que propõe exatamente a elevação das contribuições previdenciárias dos servidores e patronal ao regime próprio de previdência social (sendo a elevação para pelo menos 14%, no caso dos servidores). Ou seja, uma vitória estadual está sendo solapada pelo projeto apresentado pelo governo federal.

Esse é o motivo do governo estadual

em defender o governo federal do impeachment, ainda que não tenha sido muito coerente, pois para obter dois votos do PMDB, o governo federal teve que dar um ministério e justamente para um ex-diretor da FAETEC de péssima lembrança para os trabalhadores.

A expulsão dos professores do gabinete do secretário de Fazenda, que o estavam esperando para que mostrasse os livros caixa depois do corte dos vencimentos dos aposentados, pelo mesmo batalhão de ações especiais assassinas (BOPE) dão uma mostra de quem o governo considera inimigo.

Entretanto, a diretoria majoritária do SEPE, embalada pelos deputados do PSOL, parece estar mais preocupada com a defesa da “democracia” e em não interromper a débil aliança contra o impeachment, crédulos de que o governo do estado não está fazendo parte da conspiração nacional e internacional que tem como um dos objetivos principais não só quebrar a resistência dos trabalhadores, mas tomar os recursos naturais, como o pré-sal e outros.

A dedicação com que a diretoria majoritária do SEPE encaminha os processos eleitorais da entidade não correspondem ao tempo dedicado para organizar a greve, e nesse ano parecia ter desaprendido como iniciar uma greve. Toda a dificuldade para iniciar uma greve, em discussões que já se arrastavam por mais de um ano, não pode agora se tornar um show de facilidade para encerrá-la como aconteceu nas duas greves passadas. Em 2013, com o acordo com o ministro Luís Fux do STF, cujo conteúdo foi assinado pela cúpula do SEPE antes mesmo de ter uma aprovação da assembleia. A poderosa greve daquele ano, reforçada pela conjuntura favorável, foi desperdiçada pela atitude dos dirigentes do SEPE de temerem represálias contra seus partidos pelo TSE e também por verem ameaçadas a sua liderança pelo surgimento de uma brava camada de lutadores.

Em 2014, devido não só ao não cumprimento dos acordos anteriores, bem como em repúdio aos gastos e

desvios com a Copa, a greve foi simplesmente suspensa pelo sindicato, sem aprovação da assembleia. Seguiu-se uma repressão generalizada que incluiu o indiciamento de três professores, a transferência de inúmeros ativistas e descontos exorbitantes que atingiram principalmente a rede municipal do Rio.

Concluindo, não há margem para adiamentos e manobras semelhantes àquelas que os deputados fazem no parlamento burguês. As decisões devem, ser encaminhadas. Evitar o confronto agora, num momento em que o movimento está em plena mobilização, não impedirá que o governo aproveite o momento de recuo para impor seus projetos em acordo com o governo federal. Por isso, todo apoio ao movimento e pela unidade dos trabalhadores em Educação e estudantes, em seu chamado para a extensão nacional do movimento de resistência às leis antissociais, mantidas pela aliança do governo estadual com o governo federal.

SECUNDARISTAS: NEGANDO O PRESENTE PARA CONSTRUIR UM FUTURO

Desde o ano passado presenciamos um processo de lutas e mobilizações de estudantes secundaristas por vários estados, o que colocou o movimento estudantil secundarista nas ruas e nas ocupações de escolas. A vitória dessas lutas é a única possibilidade de um futuro diferente do que o desenhado atualmente.

Escolas que mais parecem prisões, falta de materiais básicos como papel higiênico, aumento da repressão e controle dos estudantes (e professores) e professores desmotivados são alguns dos problemas que os estudantes enfrentam no dia a dia. Enfim, uma escola que vai deixando a cada dia o seu papel de ensinar.

Além disso, a falta de perspectivas para a vida como trabalho, lazer e com um futuro tão incerto quanto o presente possibilita uma cultura presa a um modo de vida individualista e com pouca criatividade.

A polícia e a repressão que carregam estão cada vez mais presentes no ambiente escolar. As abordagens policiais aos estudantes mesmo dentro da escola e as agressões em frente às escolas são

algumas das medidas orquestradas pelos governos para tentar impor sobre a juventude o silenciamento e o controle de suas ações.

Toda essa situação foi e é a base da “rebeldia” que toma conta da juventude secundarista por todo o país.

AS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS EM SÃO PAULO

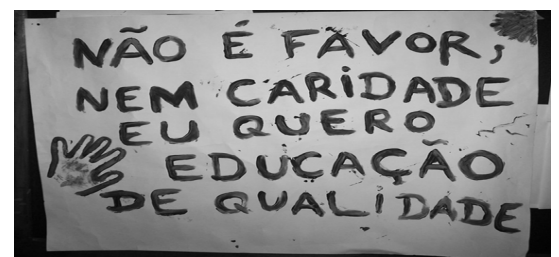
Em São Paulo, não é de hoje que a escolas públicas entraram em decadência. A imensa maioria das escolas não cumpre funções básicas a que se destina. Em poucos casos, (normalmente as localizadas em áreas mais centrais) a escola pública de São Paulo carrega ainda algum prestígio. Fora essas poucas, a escola pública tem sido sistematicamente atacada para se tornar sinônimo de “irrecuperável”.

Para piorar ainda mais o governo Alckmin (PSDB) editou decreto que fecharia várias escolas ou períodos, obrigando estudantes a irem estudar bem distante de suas casas ou mesmo deixarem de estudar.

Contra essas medidas mais de 200 escolas no estado foram ocupadas em um movimento que ganhou apoio e simpatia da população dos pais e de vários setores da sociedade, como artistas que chegaram a fazer shows de apoio ao movimento.

Mesmo tendo publicamente recuado da medida, Alckmin chegou a fechar mais de 1000 salas de aula já em 2016.

Nesse ano, com o estouro do escândalo da merenda (fraude no preço do fornecimento de verduras para a merenda escolar e falta de merenda nas escolas, em que até o presidente da assembleia legislativa está envolvido) os secundaristas voltaram às ruas e mais uma vez enfrentando a repressão policial. São várias manifestações pela capital.



GOIÁS LUTANDO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO E A MILITARIZAÇÃO

Os estudantes secundaristas de Goiás também deram demonstração de força e coragem ao enfrentar o governador Marcone Perillo (também do PSDB) e deram grande exemplo de como defender a escola e a Educação pública.

Com a desculpa de consertar o que eles mesmos danificaram, o governador de Goiás, desde o ano passado, vem tentando impor várias medidas que vão desde a gestão da escola pela polícia militar até mesmo a privatização, através das Organizações Sociais (OSs), ou seja, transferir o dinheiro público para entidades privadas.

O objetivo declarado do governo é retirar da Secretaria de Educação a gestão de cerca de 1200 escolas do estado.

Em relação as OSs as consequências são: o dinheiro público que ia para as escolas vai direto para essas entidades privadas, que elaborarão a grade curricular (que além de continuar antidemocrática porque nunca ouviu a comunidade, passará a ser construída atendendo a interesses privados).

Além dessas questões que afetam o aspecto pedagógico abre-se a possibilidade de cobrança de taxas (fazendo perder o caráter gratuito da escola), salas estarão ainda mais superlotadas (pela necessidade de garantir mais para a entidade privada), a contratação de professores e funcionários das escolas deixará de ser por concurso público, dentre outros problemas.

O outro ataque a Educação pública é a transferência da gestão das escolas para a Polícia Militar. Policiais militares estão administrando escolas e também assumindo as aulas no lugar de professores, que se preparam e prestaram concurso para essa função. Diferente do policial que teve como opção atuar na repressão e não na Educação.

Nessas escolas, um aluno chegar atrasado gera problemas na avaliação, é obrigatório o uso de fardas, cantar os hinos nacional e da independência. Também são adotadas disciplinas como Educação Religiosa, “ordem unida”, dentre outras que visam tão somente “uma lavagem cerebral” nos estudantes. Liberdades de crítica e de pensamento são consideradas, praticamente, crimes.

O governo ainda não recuou e a luta segue enfrentando todo tipo de pressão e perseguição, inclusive com a prisão de estudantes e ameaça de processo contra os estudantes que não aceitam os ataques à Educação pública.

RIO DE JANEIRO LUTA POR EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

O processo de luta mais recente é no RJ e também é protagonizada pela juventude secundarista. Enquanto escrevíamos este artigo já eram 70 escolas ocupadas.

O diferencial das ocupações no Rio de Janeiro é que ocorrem não motivadas por um decreto ou lei expedida pelo governado recentemente, mas contra a péssima condição de ensino nas escolas públicas do estado. Como disse um estudante do colégio “Mendes”, primeira escola ocupada no estado: “Já faz um bom tempo que nossa qualidade de ensino vem regredindo. Resolvemos ocupar o colégio antes que chegasse a um ponto realmente crítico”.

Ocorrem também no momento de greve de professores do estado, que enfrentam várias medidas do governador contra a Educação pública (leia também matéria neste Jornal).

O crescimento das ocupações e o apoio da população são demonstrações de como a gravíssima situação da Educação e da escola pública preocupa a maioria da população, pois representa o único caminho para se alcançar o

aprendizado e ter a possibilidade de uma formação profissional e a sua destruição é vista também como uma porta se fechando para os jovens.

Como ocorreu em São Paulo e em Goiás, o governo do RJ e a polícia estão adotando várias medidas para enfraquecer o movimento, inclusive, organizando e incentivando a formação de grupos de estudantes “contrários às ocupações”, além de decretar férias a partir de maio nas escolas ocupadas (o que pode alterar as férias regulares de professores e alunos) e também jogar na imprensa burguesa supostas situações de “vandalismo” nas escolas ocupadas.

SURGINDO UMA NOVA VANGUARDA

Em outros estados, como Espírito Santo e Pará, também aconteceram manifestações de estudantes secundaristas, demonstrando que é um processo nacional.

Dar apoio e solidariedade aos secundaristas não é só apoiar essa luta, mas é necessário também fortalecer essa vanguarda juvenil que tem se formando de forma independente e sem carregar o peso da experiência amarga e da derrota, que significou o PT para milhares de trabalhadores. Nesse sentido, é imprescindível que as categorias de trabalhadores levantem em suas lutas a bandeira por uma Educação pública, gratuita e de qualidade que atenda as necessidades humanas e que também se organizem para acompanhar e fortalecer as manifestações de estudantes secundaristas.

A burguesia e as forças de repressão sabem que nas lutas se adquire a experiência necessária para seguir adiante. Por isso querem derrotar essa geração. Ela estar fortalecida é reafirmar a esperança na luta para possibilitar a construção de um futuro melhor e de uma sociedade sem explorados e sem exploradores.

FASCISMO E ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

SÉRGIO LESSA

Tudo começou com a Alemanha da segunda metade do século 19.

Em 1850-70, a Alemanha, fora a Rússia czarista, era um dos países mais atrasados da Europa. Ainda sobreviviam, como parte das suas classes dominantes, os *junkers*, grandes proprietários pré-capitalistas de terra, produtores de cereais e que mantinham seus camponeses em uma miséria extrema.



Império Francês e o Império Austríaco (e, depois, Austro-húngaro).

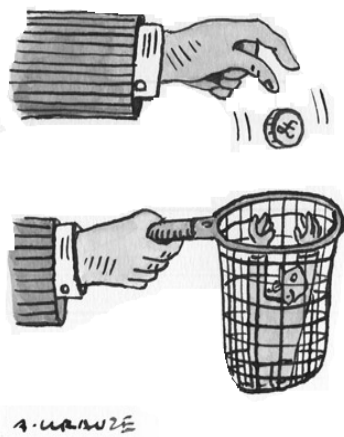
Na segunda metade do século 19, tanto a burguesia quanto os *junkers* se deram conta de que suas sobrevivências em uma Europa crescentemente industrializada e capitalista dependiam da unificação do país; não seria possível manter seus privilégios de classes expostos, como estavam, à sanha dos impérios francês e austríaco.

A unificação, contudo, somente seria possível mediante um acordo entre a burguesia e os *junkers* “ e o principal obstáculo estava na política agrícola. A burguesia, para derrubar o valor da força de trabalho, precisava importar o trigo francês e russo, muito mais barato do que o alemão. Abrir o mercado alemão aos cereais estrangeiros, contudo, destruiria o poder dos *junkers* que, até então, tinham conseguido reservar o mercado interno para seus produtos. Entre as duas classes parecia não haver espaço para negociações, muito menos para uma aliança duradoura.

É aí que entra Bismarck, o “chanceler de ferro”. Bismarck articulou uma política econômica capaz de contentar tanto a burguesia quanto os *junkers* – e também aos trabalhadores! Aos *junkers*, garantiu que o Estado compraria os cereais a um preço superior ao do mercado internacional; à burguesia, assegurou que o Estado venderia esses cereais no mercado interno a preços subsidiados equivalentes ao do mercado internacional, derrubando assim o valor da força de trabalho. Além disso, para enfrentar a França e a Áustria, montou um gigantesco exército e os industriais passaram a contar com grandes encomendas bélicas estatais. A burguesia e os *junkers* passaram a ter em Bismarck um ponto de convergência de seus distintos interesses.

O apoio crescente dos operários e trabalhadores ao governo alemão tem suas raízes, não apenas na queda do preço dos alimentos graças aos subsídios aos cereais, não apenas nos empregos gerados pela indústria bélica, mas também na política externa imperialista levada a cabo pelo Estado germânico.

O acesso a fontes de matérias-primas e energias mais baratas das colônias possibilitou a produção de bens de



primeira necessidade com menores custos, ampliando assim o poder de compra de parte dos trabalhadores alemães, que passam a tirar vantagens da brutal exploração dos trabalhadores das colônias. Quanto mais baratos os produtos coloniais, melhor para eles! Um importante e majoritário setor dos operários e dos trabalhadores alemães se integrou ao bloco formado pelos *junkers* e pela burguesia na defesa dos interesses expansionistas e belicosos do império germânico. No interior do Partido Social-Democrata da Alemanha (aquele de Marx, Engels, Rosa Luxemburgo etc.), é impressionante como, desde 1870, há uma resistência cada vez maior dos sindicatos controlados pelo partido às posições de esquerda que se opunham às políticas imperialistas e belicistas.

Os trabalhadores ficaram felizes com um Estado que lhes vendia pão mais barato e gerava empregos, a burguesia ficou satisfeita por ter um trabalhador mais em conta e pelas enormes encomendas estatais e, os *junkers*, tiveram sua principal demanda atendida. Bismarck passou a ser uma unanimidade nacional e unificou o país depois de derrotar a Áustria e a França em duas guerras consecutivas; e, por fim, consolidou o apoio de amplos setores dos trabalhadores ao permitir a legalização dos sindicatos e a participação eleitoral do Partido Social-Democrata.

Ao lado disso, a expansão industrial, com a concentração de capitais e o crescimento dos centros urbanos, também gerou espontaneamente a aristocracia operária que, como vimos, atua como uma aliada do capital contra o conjunto do proletariado (Jornal Espaço Socialista no. 82).

Enquanto na França e na Inglaterra a burguesia destruiu as classes pré-

capitalistas, na Alemanha a passagem a uma economia capitalista moderna de seu em aliança com os *junkers*. O desenvolvimento do capitalismo na Alemanha ocorreu, portanto, com uma enorme dependência para com o Estado e em aliança com o latifúndio pré-capitalista. A intervenção estatal na economia teve um papel muito mais decisivo que nos casos do capitalismo francês e inglês, para pegar dois casos típicos.

E os resultados, do ponto de vista do capital, são tão bons, que, logo, a burguesia francesa e inglesa olhariam com interesse o exemplo germânico.

O PERÍODO ENTRE-GUERRAS

O “entre-guerras” é como se denomina período entre o final da Primeira Grande Guerra (1914-1918) e o início da Segunda (1939-45). Ele se inicia com a derrota da Alemanha e, em seguida, com a crise que conduziu à Revolução Alemã (1918-1922, também derrotada). Na França, na Inglaterra e também nos Estados Unidos, a situação econômica não era tão grave quanto na Alemanha, mas também não era tranquila. Por um lado, a economia europeia sofria a concorrência da economia estadunidense, que caminhava para se tornar a primeira potência mundial. Por outro lado, tanto a França e a Inglaterra quanto os Estados Unidos, com o fim da guerra, conheciam uma superprodução que ameaçava o início de uma nova crise cíclica.

Nesse contexto, principalmente na França, começam a crescer os partidários, entre a burguesia e a aristocracia operária, da tese segundo a qual era preciso que o Estado interviesse na economia para ampliar o consumo, gerar empregos e alavancar a lucratividade dos grandes capitalistas. O exemplo alemão era o mais citado: as políticas de Bismarck não haviam possibilitado um crescimento impressionante da Alemanha, convertendo-a em potência mundial em poucas décadas? Além disso, as encomendas por armas, fardamentos etc. durante a I Grande Guerra não serviram para desenvolver a economia, gerar empregos e aumentar a lucratividade do capital francês? No início mais lentamente, mas ganhando impulso depois de 1930, tem-se o desenvolvimento, na França, de um Estado que vai intervir cada vez mais intensamente na economia.

Esta intervenção assume diversas formas, não apenas fazendo encomendas ao setor privado, regulamentando o mercado de trabalho e estimulando o crescimento populacional, mas também fomentando políticas públicas que reduzem o valor da força de trabalho ao fazer o Estado responsável por uma porção importante do custo da sua reprodução. Um Estado que gera empregos e põe em prática políticas públicas passa a ter um apoio crescente da aristocracia operária e de sua burocracia. Segundo esta, o Estado estaria se democratizando e deixando de ser burguês, pois estava também atendendo aos interesses dos assalariados!

Na Inglaterra, onde a burguesia era mais forte e tinha um maior controle tanto sobre o Estado quanto sobre a economia, apenas depois da crise de 1929 passaram a ganhar espaço as ideias favoráveis a um Estado que interviesse na economia por meio de políticas públicas e de incentivo ao complexo industrial-militar.

No início de 1920, além disso, ocorreu uma importante inovação no padrão capitalista de produção, com fortes impactos sobre o fenômeno que analisamos: o surgimento da linha de produção fordista. A concentração de capitais e o desenvolvimento do mercado consumidor dos Estados Unidos possibilitaram o surgimento da indústria fordista, isto é, uma produção em linhas de montagens de milhares de produtos idênticos. Com isso, não apenas cai o preço unitário da mercadoria, como ainda a padroniza, tornando eficaz a manutenção de carros, motores etc. A importância do fordismo pode ser avaliada muito simplesmente: os carros mudaram a face do planeta Terra em menos de meio século! O mercado de consumo de massas, com produtos fabricados em vastas quantidades, passa a ser a ordem do dia do capitalismo internacional.

Para o nosso tema, o importante é que o fordismo aumentou a produção de tal forma e com tal intensidade que a superprodução conduziu à maior crise cíclica da história: a crise de 1929. Notem a sequência no tempo: a crise tem início em 1929 e, em 1930, atinge a Europa e o restante do mundo. Em 1931 Hitler chega ao poder. Em 1933-4 a crise está no seu momento mais agudo. Em 1936 tem início a Guerra Civil Espanhola, que se

estenderia até 1939. Alguns meses depois, em setembro de 1939, tem início a Segunda Grande Guerra. Só então a crise de 1929 é, de fato, superada.

Quando a crise se anunciou, em 1929-30, há um forte deslocamento no interior da burguesia mundo afora (Brasil incluso) para posições que defendem a intervenção econômica do Estado. Que o Estado deveria intervir com políticas públicas que aumentassem o lucro dos empresários, com encomendas que ampliassem a produção e gerassem empregos (infraestrutura e armas), com estímulos ao consumo pela criação de créditos etc. – isto estava se tornando consenso entre os grandes burgueses. J. M. Keynes, o economista inglês, foi o principal teórico e defensor desta intervenção. A divergência entre os burgueses não estava na necessidade de uma gigantesca, antes nunca vista, intervenção do Estado na economia. Nisso todos concordavam. As divergências estavam em como se enfrentar as consequências políticas e sociais dessa intervenção.

Parte importante dos burgueses avaliava, com algum exagero, mas, não, sem alguma razão, que uma maior intervenção do Estado na economia reduziria o poder e o espaço dos empresários, na medida em que uma parcela cada vez maior das atividades econômicas ficariam diretamente sob controle do Estado ou, ao menos, seriam indiretamente dele dependentes. E, dada à tendência ao desenvolvimento da aliança de setores da burguesia com a aristocracia operária, o perigo de um “socialismo” não deveria, aos olhos desses setores empresariais, ser descartado. Nesse contexto, uma parte da burguesia francesa, estadunidense e inglesa olhava com simpatia o que ocorria naqueles dias na Alemanha.

A Alemanha, já mencionamos, saiu da Primeira Guerra (1914-18) derrotada e com uma classe operária em ebulição. Entre os anos de 1918 e 1922 a Revolução Alemã foi uma ameaça real. Abatida pela derrota, dividida ao meio pelo corredor de Danzig, com a economia em frangalhos, a

Alemanha não tinha como concorrer com o fordismo que se desenvolvia nos países mais avançados — e sua crise só se aprofundava. Com a chegada dos anos de 1929-30, a economia alemã naufragou: uma hiperinflação aliada à recessão econômica gerou um desemprego estratosférico. Derrotada em 1918-22, a classe operária não tinha como reagir mas, ainda assim, contava com o maior Partido Comunista da Europa e um importante Partido Socialista. E, somando impropérios ao insulto, os representantes da burguesia no parlamento e no governo não conseguiam um acordo ao redor de uma estratégia de enfrentamento da crise.

Foi então que a burguesia alemã, hesitantemente no início, transferiu o poder a um político até então secundário, mas que prometia acabar com os “vermelhos” e “bolcheviques” e possuía um programa econômico que poderia dar certo: nas novas condições, repetir Bismarck! Promover a militarização da economia pelo desenvolvimento do complexo industrial-militar, preparar o país para uma expansão militar de modo a fornecer à Alemanha matérias primas e fontes de energias baratas para que a indústria germânica pudesse concorrer com a da Inglaterra, França e Estados Unidos e, ainda, com isso criar empregos, ganhar o apoio dos trabalhadores e massacrar os partidos de esquerda, de coloração socialista ou comunista. Pela repressão da esquerda estaria excluída a possibilidade de o crescimento do peso do Estado na economia ameaçar o poder do empresariado, bem como impediria o movimento dos trabalhadores de se aproveitar da economia em expansão, com a queda do desemprego, para exigir melhores condições de vida e trabalho.

Este político secundário era Hitler, seu projeto político-econômico, o fascismo



e seu partido, o Partido Nacional-Socialista. Logo ele se tornaria uma unanimidade nacional: das classes mais conservadoras (*junkers*), passando pela burguesia e chegando ao proletariado, o fascismo era tido como a salvação da Alemanha.

Nos Estados Unidos a situação era diferente. A crise econômica era violenta, mas o movimento operário mais à esquerda, os *Wobblies* (1), havia sido esmagado e a repressão (com o apoio da máfia seguidas vezes) se encarregava de conter qualquer líder sindical mais combativo. O “estoque” (era assim que diziam) de trabalhadores negros miseráveis cumpria a função de desmobilizar as lutas ao substituir os trabalhadores “recalcitrantes”. O *New Deal* (uma forte intervenção pelo Estado na economia, principalmente na infraestrutura e agricultura) de Roosevelt começou a dar certo. Sem a ameaça de um levante operário ou de um “socialismo” pela estatização de uma parte da economia, nos EUA os partidários da “via alemã” eram minoritários.

Na França, ao contrário dos EUA, uma parcela muito grande da burguesia, da pequena burguesia e dos pequenos proprietários agrícolas, adotou a alternativa fascista. E há duas fortes razões para isso: em 1936, uma gigantesca greve operária sacudiu a França impulsionada por uma frente antifascista, a Frente Popular. A derrota da greve, em parte devido à atuação do Partido Comunista Francês e da aristocracia operária, e a tragédia administrativa que foi o governo da Frente Popular (Leo Blum), enfraqueceram a esquerda e, correlativamente, fortaleceram os setores que enxergavam uma solução de força como imprescindível para se sair da crise. Em segundo lugar, a massa de pequenos camponeses fornecia importante base social aos conservadores e fascistas.

Na Inglaterra, a situação era mais desfavorável ao fascismo. Em larga medida, porque a aliança da aristocracia operária com o grande capital estava mais avançada que nos outros países e o medo de uma revolta de trabalhadores era bem menor. Por outro lado, o enorme império colonial inglês e seu poderio militar-naval conferiam à sua burguesia uma situação hegemônica mais confortável.

Exceto na França, portanto, as perspectivas de expansão do fascismo

eram débeis.

A eclosão da Segunda Grande Guerra (1939-45), com a invasão da Polônia pelos nazistas, decidiu a questão. Nos meses anteriores à invasão, houve uma intensa dança diplomática. A Inglaterra e a França instavam Hitler a invadir a União Soviética e, Stalin acabou fazendo um acordo com Hitler com a esperança de evitar a invasão (esperança vã pois, em 1941, Hitler invadiu a URSS).

Com a guerra, uma parte da burguesia francesa se aliou com os nazistas (que ocuparam o norte do país) e montou um governo fantoche e fascista em Vichy (uma cidade no centro da França). Outra porção da burguesia francesa, minoritária, se voltou contra os fascistas e seu principal representante, Charles de Gaulle, se exilou na Inglaterra. Na Inglaterra e nos EUA, a luta contra a Alemanha nazista tornava impossível adotar o fascismo: as posições favoráveis a uma pesada intervenção do Estado na economia sem o fascismo se tornaram predominantes. Essa alternativa foi o Estado de Bem-Estar.

Nos países europeus, com a derrota da Alemanha e da Itália, o fascismo desapareceu com o fim da Guerra (1945). O governo de Vichy, fascista, foi prontamente substituído pelo Estado de Bem-estar montado por de Gaulle com o apoio do PC e dos grandes sindicatos dominados pelos burocratas da aristocracia operária. O Estado de Bem-estar passou a predominar em todos os 8 ou 9 países imperialistas.

Desde pelos menos 1935, quando a III Internacional lançou a política de Frente Popular para enfrentar o fascismo, em especial os Partidos Comunistas mas, em geral, a esquerda como um todo, alardeavam que o fascismo seria o oposto da democracia, que a conquista da democracia seria a derrota do fascismo. Ao final da Guerra, os países vitoriosos comemoraram a “a vitória da democracia contra o fascismo”. E, assim, surgiu um



mito: o de que democracia e fascismo são de tal modo antagônicos, que a democracia seria o oposto do fascismo; contra este último, a panaceia universal seria a democracia.

As coisas não são bem assim. Pois entre a democracia do Estado de Bem-estar e o fascismo há muitos pontos importantes em comum.

ESTADO DE BEM-ESTAR VERSUS FASCISMO?

As diferenças existem, mas não são entre duas formações sociais antagônicas.

Em ambos os casos, temos a mesma formação básica da sociedade, que já tratamos no *Jornal Espaço Socialista* n. 88: a sociedade é ordenada pelo capital, o Estado é o Estado burguês (aquele que corresponde às necessidades de uma vida social em que a exploração dos trabalhadores se dá por meio do mercado). A sociedade é burguesa tanto no fascismo quanto no Estado de Bem-estar, a propriedade privada é a mesma, o capital. O patriarcalismo está presente tanto no fascismo quanto no Estado de Bem-estar e, assim, sucessivamente.

Do ponto de vista econômico, o projeto fascista e o do Estado de Bem-estar são bastante semelhantes: ampliar a exploração dos trabalhadores através de políticas públicas que desvalorizassem a força de trabalho, investimentos estatais em infraestrutura e no complexo industrial militar e, no plano internacional, uma política imperialista de expansão. A diferença importante é que a Alemanha não tinha um império colonial e os, os outros países, possuíam impérios consideráveis. Por isso a Alemanha tomou a iniciativa militar e passou para a história como a nação belicosa.

Do ponto de vista político, há uma forte coincidência: manter o poder do capital e evitar toda possibilidade de uma revolta operária por meio de toda a repressão que fosse necessária. Além disso, manter a aliança do grande capital com a aristocracia operária. A diferença gritante, nesta área, é a estratégia de controle: através das liberdades democráticas ou pela negação das mesmas.

Contudo, também aqui há que se ter cuidado: pois os Estados democráticos foram os que mais desenvolveram e empregaram os modernos métodos de tortura, tanto hoje quanto no período logo depois da Segunda Guerra Mundial.

A França é quem criou o “moderno método de tortura”, com afogamento e choques elétricos. No governo democrático francês, torturava-se em Paris no mesmo prédio que a Gestapo nazista torturava os patriotas franceses. Os horrores perpetrados pela França no Vietnã e na Argélia apenas serão equivalentes aos horrores nazistas e, depois, ao que os EUA fizeram na Coreia e no Vietnã. A democracia dos Estados de Bem-estar torturava também, reprimia também também perseguia os trabalhadores combativos – nisso não era tão diferente do fascismo. Mesmo a perseguição aos judeus – a “solução final” – tem seu paralelo no massacre dos palestinos quando da criação do Estado de Israel (1948), dos argelinos pelo imperialismo francês (A Guerra da Argélia) e no massacre de 3 milhões de vietnamitas pelos EUA menos de uma década depois.

Se a perseguição política e a censura é uma característica da Alemanha e da Itália fascistas, também o é na França democrática de de Gaulle, dos EUA com seu macartismo, também o são a tortura e o massacre do grupo Baader-Meinhof, pela democracia alemã etc. Os muitos relatos nesse sentido são indicativos do quanto a democracia é compatível com a repressão e a tortura. Que Guantánamo, o maior e mais terrível centro de tortura já conhecido pela humanidade, obra da democracia estadunidense de nossos dias, não nos deixe mentir.

Se Hitler invadiu os países vizinhos, os Estados de Bem-estar já haviam invadido os países que colonizaram e, durante o pós-guerra, intensificaram a exploração de suas colônias por meio das multinacionais. Imperialistas eram, de fato, todos.

Do ponto de vista da permanência na história, temos a primeira grande diferença: o fascismo é derrotado e desapareceu do mundo em 1945, o Estado de Bem-estar seria muito melhor sucedido e sobreviveria pelo menos até a década de 1970. A segunda grande diferença é que o fascismo apenas existiu em países em que uma burguesia débil se aliou à latifundiários pré-capitalistas para realizar a industrialização do país.

Vejam: o fascismo e o Estado de Bem-estar são distintos, mas não são tão diferentes quanto clamam os partidários

de um ou de outro. Ambos são respostas do capital à mesma situação histórica. Surgem, ambos, no mesmo contexto de crescente instabilidade do capital no período entre guerras. O que os difere é a situação histórico-concreta da Alemanha em comparação com a França, Inglaterra e EUA.

FASCISMO, HOJE?

Tornou-se muito frequente denominar todo Estado ditatorial, ou toda medida com caráter repressivo, de fascista. Isto pode ter algum valor como propaganda, mas é um erro do ponto de vista científico. E, mais comum do que raro, sugere uma tática também incorreta: a defesa dos direitos e da democracia seria a forma de se enfrentar o fascismo. Tanto a Alemanha quanto a Itália chegaram democraticamente ao fascismo, a tática da Frente Popular, centrada na defesa da democracia, não foi capaz de derrotar o fascismo sequer uma vez.

A democracia burguesa pode ser mais autoritária ou menos autoritária, pode ter eleições ou não, pode ter um poder mais concentrado ou mais descentralizado; pode ter eleições diretas ou indiretas (como ocorre ainda hoje nos EUA); pode ser monarquista ou republicana, pode ser mais tolerante com as minorias ou mais conservadora, pode reconhecer o direito ao aborto ou não etc., pode possibilitar maior ou menor liberdade sindical, política etc. Como vimos no Jornal Espaço Socialista passado, de n. 88, a democracia é essencialmente a formação social em que o capital se emancipou politicamente do Estado — e sua forma pode variar enormemente.

O fascismo, por outro lado, é um fenômeno que apenas ocorreu na Alemanha e na Itália. Correspondeu a uma forma peculiar de desenvolvimento de potências imperialistas com um capitalismo muito tardio e com uma burguesia fraca incapaz de derrotar os *junkers* (2). Sua principal característica é o desenvolvimento industrial sob a tutela do Estado, com uma forte orientação bélica atrelada a uma política externa imperialista e em aliança com latifundiários pré-capitalistas. O terror político conta com amplo apoio, não apenas das classes dominantes, mas também entre os trabalhadores e operários. Depois das misérias do período posterior à Primeira Grande

Guerra e da crise de 1929, os empregos e as melhorias de vida – e as promessas de uma Alemanha imperialista que duraria mil anos – foram suficientes para atrair o apoio de amplos setores dos trabalhadores.

Em poucas palavras, tal como a crise estrutural impede um Estado de Bem-estar hoje, também inviabiliza o fascismo em nossos dias. O crescente autoritarismo dos Estados, a crescente autonomia dos aparelhos repressivos, a intensificação das torturas e dos aparelhos de controle – principalmente nos países que, como a França, a Inglaterra e os EUA, são reconhecidos como democráticos – nada têm de fascistas, nem pode ser combatidos com eficácia a partir desse equívoco. Seu fundamento de classe e os problemas que o autal autoritarismo pretende resolver, são inteiramente distintos.

Um Estado que intensifica a repressão é apenas um Estado que intensifica a repressão. Isto não é fascismo. Identificar a “direita” como fascista, em nosso país hoje, é um equívoco. Pois, o PT e seus partidários são tão de direita quanto o PSDB e seus partidários — e Bolsonaro e caterva podem ser tudo, menos fascistas – assim como ditadura militar não foi fascista.

Mas isso já é matéria para outro artigo.

NOTAS:

(1) *Industrial Workers of the World* (Trabalhadores industriais do mundo), os *Wobblies*, era uma organização sindical de caráter revolucionário que teve importância principalmente nos EUA e Canadá nas primeiras décadas do século 20.

(2) Mudando o que deve ser mudado, o mesmo vale para a Itália.

LEITURA RECOMENDADA

Para se conhecer o fascismo, não há melhor livro de história que *Ascensão e Queda do III Reich*, de W. Shirer. O estudo mais importante sobre a relação da democracia com a tortura não possui tradução para o português: *Torture and democracy*, de Rejali, D. (2007). Jose Chasin, em *O integralismo de Plínio Salgado, forma de regressividade no capitalismo hipertardio* (1978) faz uma bela discussão sobre o fascismo e sua impossibilidade em um país como o Brasil. Infelizmente a obra está mais do que esgotada.



“PANAMÁ PAPERS”: O CRIME É A ESSÊNCIA DO CAPITALISMO

O capitalismo é um sistema baseado no roubo, já que o trabalho assalariado é sempre trabalho roubado. Por mais que em alguns casos os salários sejam elevados (o que só acontece em uma minoria dos casos), o valor que o trabalhador produz para o patrão é maior do que o que recebe como salário. Essa diferença entre o que o trabalhador produz e o que ele recebe se chama mais valia, e é a fonte de todo o lucro. Tudo o que existe na sociedade, toda a riqueza, é produzida pelo trabalhador, mas ele só fica com uma fração.

Uma segunda forma de roubo acontece quando os impostos que pagamos ao Estado (com nosso precário salário, que já é apenas a sobra do que nos é roubado) são desviados pelos governantes para ajudar a classe dos capitalistas, os grandes empresários, de diversas formas (isenções fiscais, juros subsidiados), sendo que a principal é a dívida pública. No caso do Brasil, essa dívida fraudulenta consome quase metade do orçamento federal (aproximadamente R\$ 1 trilhão por ano) e, para garantir o pagamento da dívida, o governo corta o dinheiro que deveria ir para os hospitais, escolas, transporte, etc., no que é pomposamente chamado de “medidas de austeridade” ou “ajuste fiscal”.

Uma terceira forma de roubo é o que veio à tona no início de abril com a divulgação dos chamados “Panamá Papers”, uma série de documentos que mostram como esses mesmos capitalistas nos roubam mais uma vez, evitando pagar impostos que todo trabalhador paga.

O VAZAMENTO DOS DOCUMENTOS

Os “Panamá Papers” são o maior vazamento de documentos já feito, uma verdadeira inundação, com 11 milhões de arquivos de uma firma de advocacia sediada no Panamá, chamada Mossack Fonseca, divulgados pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ, na sigla em inglês). A firma

panamenha se especializou em abrir empresas de fachada (chamadas de “offshore”) em nome de seus clientes

e sediadas em paraísos fiscais, que são países minúsculos, como as Ilhas Caimã, no Caribe, ou Lichtenstein, no coração da Europa. Formalmente independentes, esses micro países recebem depósitos do mundo inteiro sem questionar a sua origem e sem cobrar impostos, essa é a sua única função. Os fundos assim “legalizados” são mandados de volta pelas firmas offshore para suas matrizes.

A lista de clientes do Mossack Fonseca inclui políticos, empresários e celebridades de todos os ramos, desde o Presidente da Rússia Vladimir Putin até Lionel Messi e Pedro Almodóvar. Pode ser acessada diretamente no site do ICIJ(<https://www.icij.org>). A divulgação dos vazamentos causou enorme revolta em alguns países. Na Islândia, o primeiro-ministro (que estava tentando voltar a pagar a dívida externa do país, depois que a população a tinha cancelado em plebiscito) implicado no escândalo, foi forçado a renunciar, tão massiva e imediata foi a reação da população. O Ministro da Indústria, na Espanha, também renunciou, e essas devem ser apenas as primeiras baixas. David Cameron, Primeiro Ministro do Reino Unido, também está sob forte pressão, devido ao dinheiro de uma herança, não declarado, que surgiu nos Panamá Papers. Maurício Macri, campeão do neoliberalismo, que quer fazer a Argentina retroceder para a década de 1990, também está envolvido no escândalo.

Putin reagiu à divulgação, como sempre, negando as acusações, e apontando um detalhe importante: os Estados Unidos não aparecem no vazamento. Para Putin, trata-se de uma manobra estadunidense para desestabilizar países rivais, como a própria Rússia, China (o neto de Mao Tse Tung está no Panamá Papers, etc.). Mas logo começaram a aparecer nomes ligados ao casal Clinton, como assessores e doadores de campanha.

A lavagem de dinheiro é prática universal. Pois como disse um dos donos da Mossack Fonseca, “ninguém mais faz negócios no próprio nome”. Ou seja, o uso de fachadas para lavagem de dinheiro em paraísos fiscais é uma prática de todos os super-ricos.

AS LIÇÕES

Independentemente da seletividade do ICIJ, algumas lições ficam: as leis e os impostos só valem para os debaixo, para nós trabalhadores. Os ricos e super ricos dão seu jeito de driblar os impostos, a fiscalização, a justiça, e escapar com suas fortunas intocadas, adquiridas em cima do nosso suor e protegidas pelo Estado. Segundo a ONG Global Finance Integrity, cerca de U\$ 7,8 trilhões deixaram ilegalmente os países pobres entre 2004 e 2013, enquanto bilhões de pessoas nesses países sofrem com a fome, doenças, falta de moradia, etc.

Mas outra lição que fica é de que estamos entrando numa espécie de era da transparência, com vazamentos como o Wikileaks, Swissleaks e agora o Panamá Papers, com a internet e ativistas da mídia independente cumprindo o papel que a mídia comercial, vinculada aos interesses capitalistas, não pode cumprir: mostrar a verdade para o grande público.

O que a massa dos trabalhadores, explorados e oprimidos do mundo inteiro, vitimados pelas crises do capitalismo, massacrados pelos seus governantes com políticas de “austeridade” e “ajuste fiscal” e agora também esnobados pelos super ricos com suas fortunas a salvo de impostos vão fazer com essa informação é algo que também depende das organizações anticapitalistas revolucionárias.

É hora de transformar a indignação em ação!

Jornal editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org
espacosocialista@hotmail.com
facebook.com/espacosocialista1